

Banco Volkswagen



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.

O primeiro semestre de 2019 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 18,0 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 15,6 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 24ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 61,6% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 52,8% no segmento de caminhões e ônibus e 62,9% no segmento de automóveis.
- *Rating* de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Sétima oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 500 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 23,3% em 30 de junho de 2019.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2019 concentraram 84% de sua carteira entre os *Rating*s AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

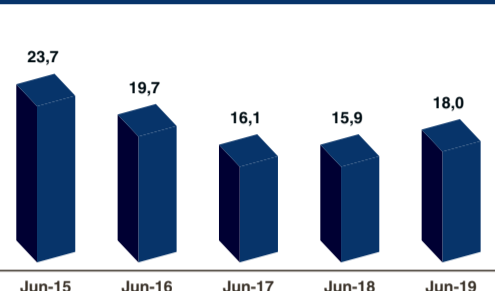
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

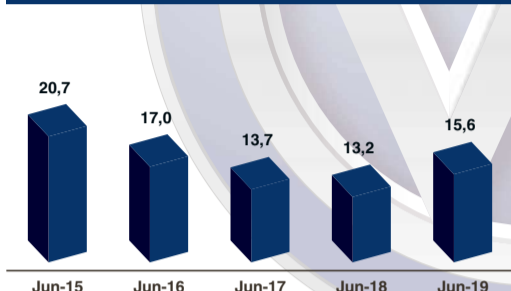
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

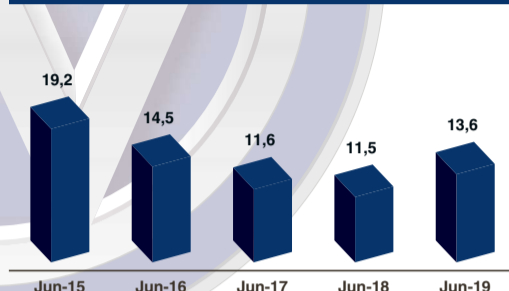
TOTAL DE ATIVOS (R\$ bilhões)



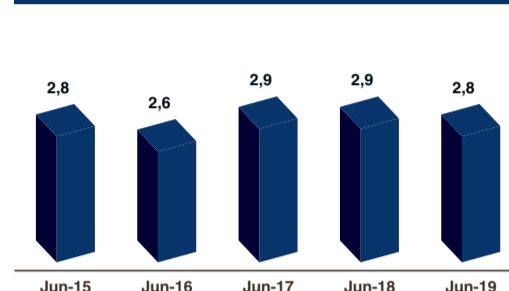
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

ATIVO	2019		2018		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE	9.187.414	8.876.319	5.862.017	5.653.367	5.862.017	5.653.367
Disponibilidades	3.360	2.879	3.724.575	3.048.708		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	312.840	714.196	756.180	-		
Aplicações no mercado aberto	312.840	714.196	2.968.395	3.048.708		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	39.318	625.527	661.012		
Carteira própria (Nota 4)	-	39.244	625.527	661.012		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	74	1.129.615	1.553.178		
Operações de crédito (Nota 6)	8.160.926	6.950.317	382.300	390.469		
Operações de crédito - setor privado	8.425.935	7.226.548				
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	16.632				
Provisão para operações de crédito - setor privado	(265.009)	(292.863)				
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	1.069	(644)				
Arrendamentos a receber - setor privado	89.587	106.244				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(82.785)	(103.952)				
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(5.733)	(2.936)				
Outros créditos	684.821	1.119.448				
Créditos tributários (Nota 18 (a))	224.129	606.492				
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	210.839	237.889				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.279)	(2.279)				
Diversos (Nota 7)	251.132	277.346				
Outros valores e bens	24.398	50.805				
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.085	2.436				
Outros valores e bens	23.313	48.369				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.987.199	6.202.932	9.101.150	7.213.908	9.101.150	7.213.908
Operações de crédito (Nota 6)	6.531.920	5.037.331				
Operações de crédito - setor privado	6.821.112	5.457.670				
Provisão para operações de crédito - setor privado	(289.192)	(420.339)				
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	(1.704)	(842)				
Arrendamentos a receber - setor privado	50.042	105.334				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(49.494)	(104.694)				
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.252)	(1.482)				
Outros créditos	1.456.364	1.165.972				
Créditos tributários (Nota 18 (a))	681.928	470.373				
Diversos (Nota 7)	774.436	695.599				
Outros valores e bens	619	471				
Despesas antecipadas (Nota 8)	619	471				
PERMANENTE	795.379	813.048	174.549	97.406	174.549	97.406
Investimentos	579.685	502.922				
Investimento em controlada (Nota 9)	579.685	502.922				
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	270	331				
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	194.046	289.787				
Bens arrendados	290.168	356.061				
Depreciações acumuladas	(96.122)	(66.274)				
Intangível	21.378	20.008				
Ativos intangíveis - líquido de amortização	21.378	20.008				
TOTAL DO ATIVO	17.969.992	15.892.299	17.969.992	15.892.299	17.969.992	15.892.299

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Capital social realizado		Reserva de lucros		Lucros acumulados		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874	297.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	297.744	297.744	-
Destinações:							
Reserva legal	-	-	14.887	-	(14.887)	-	-
Em 30 de junho de 2018	1.307.883	18.515	165.186	1.153.177	282.857	2.927.618	295.443
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419	-	2.536.833	295.443
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	295.443	295.443	-
Destinações:							
Reserva legal	-	-	14.773	-	(14.773)	-	-
Em 30 de junho de 2019	1.307.883	18.515	192.789	1.032.419	280.670	2.832.276	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de agosto de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações. Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2019	2018
Disponibilidades - depósitos bancários	3.360	2.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez	312.840	714.196
Aplicações no mercado aberto	316.200	717.075

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações comprorromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 16). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II - Operações de arrendamento mercantil

(i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

(ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 1.318 (2018 - R\$ 1.580). Os ganhos são registrados no resultado.

(iii) - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência (insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A receita de superveniência de depreciação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 365 (2018 - R\$ 6.957) e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no semestre findo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 43.623 (2018 - R\$ 42.539) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em defesa de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

continua...

...continuação

Banco Volkswagen



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto	
	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.496	83.998
Letras do Tesouro Nacional - LTN	140.022	459.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN	166.322	171.155
	<u>312.840</u>	<u>714.196</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de venda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2018
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	14.478
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	24.766
		<u>39.244</u>
	Circulante	<u>39.244</u>

Conforme previsto em Regulamento, no primeiro semestre de 2019, houve a liquidação antecipada do FIDC Driver Two e FIDC Driver Three em virtude do cedente exercer a opção de recompra total à medida que o saldo do valor de recebível descontado dos direitos creditórios elegíveis cedidos estava abaixo de 10% (dez por cento).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2019 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho de 2018, a Instituição possuía contratos de swap - Pré-DI, cujo valor nominal era de R\$ 15.372, valor do ativo de R\$ 74 e com reflexo positivo no resultado de R\$ 1.594.

Hedge A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de hedge são classificadas como hedge de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, a Instituição possuía contratos de swap que venceram no primeiro semestre de 2018. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado do primeiro semestre de 2018 de R\$ 2.934.

Em 30 de junho de 2018, a efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Operações de crédito	15.247.047	12.700.850
Operações de arrendamento mercantil financeiro	125.782	184.627
Operações de arrendamento mercantil operacional	17.627	44.128
Outros créditos - títulos e créditos a receber	210.839	237.889
	<u>15.601.295</u>	<u>13.167.494</u>

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	1.241.177	1.241.177	419
A	-	-	9.297.494	9.297.494	47.210
B	131.828	23.834	2.464.063	2.619.725	26.197
C	171.589	9.880	1.175.174	1.356.643	40.699
D	150.336	15.474	325.022	490.832	49.083
E	58.730	7.650	80.402	146.782	44.035
F	37.558	8.450	117.351	163.359	81.707
G	24.019	5.546	7.661	37.226	26.058
H	109.195	48.912	89.950	248.057	248.057
	<u>683.255</u>	<u>119.746</u>	<u>14.798.294</u>	<u>15.601.295</u>	<u>563.465</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Até 180 dias	200.763	5.212.794
De 181 a 360 dias	153.518	3.093.936
Acima de 361 dias	328.974	6.450.431
	<u>683.255</u>	<u>14.757.161</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Pessoas físicas	6.545.902	5.199.300
Outros serviços	4.461.823	4.224.664
Comércio	3.812.672	3.165.431
Indústria	638.086	515.992
Rural	61.186	25.993
Habitação	67.216	26.054
Intermediário financeiro	14.410	10.160
	<u>15.601.295</u>	<u>13.167.494</u>

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2019		2018	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	6.043	1.307	106	2.826
Bens arrendados	214.328	73.280	268.012	85.022
Depreciação acumulada de bens arrendados	(109.602)	(28.901)	(87.444)	(19.922)
Superveniência de depreciação	43.623	-	42.539	-
Perdas em arrendamento a amortizar	2.560	-	3.027	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.242)	-	(1.447)	-
Cretores por antecipação de valor residual	(29.928)	-	(40.166)	-
	<u>125.778</u>	<u>45.686</u>	<u>184.627</u>	<u>67.926</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2024 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 80.268 (2018 - R\$ 87.176), sendo que desse total R\$ 29.928 (2018 - R\$ 40.166) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 16). Em 30 de junho de 2019, não há operações em aberto. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

(i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		<u>2.118.684</u>	<u>2.151.638</u>

(ii) Saldo contábil

	Ativo	Passivo
	2018	2018
FIDC Driver Two	1.581	10.297
FIDC Driver Three	15.051	20.739
	<u>16.632</u>	<u>31.036</u>

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	632.770	792.722
Constituição/reversão de provisão	76.620	122.735
Baixas por utilização	(145.925)	(195.558)
Saldo final	563.465	719.899
Foram recuperados créditos no montante de R\$ 218.512 (2018 - R\$ 214.536). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 52.070 (2018 - R\$ 20.844) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 201.552 (2018 - R\$ 136.656).		

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	728.666	655.203
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	189.246	194.003
Impostos e contribuições a compensar	107.656	123.739
Total	<u>1.025.568</u>	<u>972.945</u>
Circulante	251.132	277.346
Realizável a longo prazo	774.436	695.599

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a prêmios de seguro garantia apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice. Em 2018, referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 1.704 (2018 - R\$ 2.907).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	2019	2018
Informações sobre a investida:		
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido do semestre	42.130	35.387
Patrimônio líquido	579.685	502.922
Resultado de equivalência patrimonial	42.130	35.387
Investimento	579.685	502.922

10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,0% a 121,7% do DI (2018 - 97,5% a 105,4% do DI).

Em 30 de junho, é composta como segue:

	2019		2018	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	687.111	958.043	-	316.739
De 91 a 365 dias	69.069	2.010.352	-	2.731.969
De 1 a 3 anos	282.921	3.147.977	235.310	1.459.088
Acima de 3 anos	-	22.993	-	467.882
Total	<u>1.039.101</u>	<u>6.139.365</u>	<u>235.310</u>	<u>4.975.678</u>

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, no montante de R\$ 1.805.594, sendo R\$ 625.527, no circulante e R\$ 1.180.067, no exigível a longo prazo, com vencimento até junho de 2022, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,0% a 104,5% do DI, (2018 - R\$ 1.248.023 de 103,5% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2020).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2019	2018
Até 90 dias	338.256	452.720
De 91 a 365 dias	791.359	1.100.458
De 1 a 3 anos	1.170.231	1.313.101
Acima de 3 anos	377.222	351.419
Total	<u>2.677.068</u>	<u>3.217.698</u>

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	138.649	105.022
Impostos e contribuições a pagar	42.643	37.706
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	136.561	133.788
Total	<u>317.853</u>	<u>276.516</u>
Circulante	151.084	112.520
Exigível a longo prazo	166.769	163.996

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Em 30 de junho, a Instituição apresentava as seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	76.291	98.564	9.421	4.000
Reclamações civis (Nota 14 (c))	211.456	160.904	62.639	62.091
Riscos fiscais (Nota 14 (c))	139.082	119.364	88.131	79.845
Obrigações legais (Nota 14 (c))	495.093	440.666	568.475	509.267
Total	<u>921.922</u>	<u>819.498</u>	<u>728.666</u>	<u>655.203</u>
Exigível/realizável a longo prazo	921.922	819.498	728.666	655.203

(b) Em 30 de junho, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	2019	2018
Saldo inicial	844.696	914.573
Constituição	95.625	150.636
Reversão (i)	(22.557)	(62.685)
Baixa (ii)	(9.240)	(192.320)
Atualização monetária	13.398	9.294
Saldo final	<u>921.922</u>	<u>819.498</u>

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

(ii) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 14 (d)).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e civis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser resumida como segue:

Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações civis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais - referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 67.767 (2018 - R\$ 63.281) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.970 (2018 - nil).

Obrigações legais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 467.188 (2018 - R\$ 413.943) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 27.210 (2018 - R\$ 26.382).

(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

...continuação

Banco Volkswagen

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SPwww.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site:

<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Outras despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com serviços especializados.....	99.257	94.932
Despesas com registro de contrato.....	25.796	19.028
Despesas com depreciação e amortização.....	4.089	4.298
Despesas de comunicação e manutenção.....	3.943	3.412
Despesas com publicidade.....	840	1.258
Outras despesas administrativas.....	1.354	1.172
	<u>135.279</u>	<u>124.100</u>

(c) Outras receitas operacionais

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas (i).....	21.066	15.351
Varição monetária ativa (ii).....	15.605	14.297
Reversão de provisões.....	1.352	7.491
Receitas tributárias (Nota 14 (d)).....	-	89.226
Outras receitas operacionais.....	75	346
	<u>38.098</u>	<u>126.711</u>

(i) Refere-se, principalmente à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2019	2018
Despesas com descontos concedidos.....	127.926	108.877
Despesas com comissões.....	73.903	50.756
Despesas com provisões operacionais (i).....	48.227	68.828
Varição monetária passiva (Nota 14 (b)).....	13.398	9.294
Despesas com busca e apreensão.....	12.912	16.271
Outras despesas operacionais.....	<u>12.762</u>	<u>26.097</u>
	<u>289.128</u>	<u>280.123</u>

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, as tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso. O saldo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 5.642 (2018 - R\$ 11.103).

(g) Avas e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2019 totaliza R\$ 8.142 (2018 - R\$ 7.658), cuja provisão é de R\$ 82 (2018 - R\$ 77), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em julho de 2019, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição deteve a totalidade das quotas subordinadas. Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, a referida cessão foi classificada na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão no montante de R\$ 1.013.228 e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação no montante de R\$ 1.096.807.

Em julho de 2019, a Instituição realizou operações de swap, para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável CDI, pela troca de exposição a taxa pré-fixada.

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

DÉCIO CUNHA JÚNIOR

CONTADOR

HAMILTON SOUZA DE ANDRADE - Contador - CRC 1MG-046454/O-6 T-SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 02 (dois) membros: Srs. Rodrigo Otávio Rocha Capuruço e Décio Cunha Júnior, eleitos como Membro Qualificado e Membro, respectivamente, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, devidamente qualificados no ato que os elegeram e reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019 com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta

internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente; (iv) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (v) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário, compliance, contabilidade e controles internos; e (vi) examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2019 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2019, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 22 de agosto de 2019.

O Comitê de Auditoria

Rodrigo O. R. Capuruço
Membro Qualificado

Décio Cunha Junior
Membro

Aos Administradores e Acionistas

Banco Volkswagen S.A.**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação, descrita na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas 2(e) e 6(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, nas rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

São Paulo, 22 de agosto de 2019